

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E EDUCAÇÃO DO CAMPO¹

Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo²

Luzeni Ferraz de Oliveira Carvalho³

INTRODUÇÃO

Este artigo objetivou analisar a relação trabalho e educação na proposta pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e como esta se traduz nas experiências do Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos (CEEP Milton Santos), localizado no Assentamento Terra Vista (ATV), vinculado ao MST, em Arataca, região sul da Bahia. Buscamos evidenciar o trabalho enquanto atividade educativa presente na referida escola ressaltando suas potencialidades.

A metodologia para a coleta dos dados se valeu de leituras e análises de documentos educacionais do MST e do Projeto Político-Pedagógico da escola e de observação *in loco*. Fundamentamos-nos no Materialismo Histórico-Dialético como teoria do conhecimento, postura, método e práxis, conforme defendido por Frigotto:

[...] no processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa fundamentalmente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico social (FRIGOTTO, 1991, p. 81).

¹DOI- 10.29388/978-65-81417-57-4-0-F.145-160

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, professora da Universidade do Estado da Bahia/UNEB. E-mail: mnaraujo@uneb.br

³ Doutora em Educação pela Universidade de Brasília. E-mail: lfcarvalho@uneb.br

Concebemos a relação trabalho e educação, nas experiências do MST, amparada no movimento das contradições ao que está submetido o campo brasileiro, nas determinações e nas mediações que constituem a realidade agrária brasileira. Vendramini (2007) nos aponta a necessidade de considerarmos a “dialética presente, passado e futuro”, para não cairmos em um isolamento dos fatos sociais, o que significa dizer que as particularidades precisam ser estudadas em uma totalidade conceitual, como um conhecimento em desenvolvimento que busca, ao máximo, aproximar-se do real.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NO MST

O surgimento do MST é uma resposta ao problema da concentração histórica da estrutura fundiária no Brasil, desde os tempos da colonização até a atualidade. O Censo Agropecuário (2017) revelou com maior precisão os dados da referida concentração: dos 5.072.152 de estabelecimentos no país, 4,1 milhões ocupam 12,8% da área total produtiva, ao passo que 2,4 mil fazendas detêm 51,8 milhões de hectares.

Atualmente, com a expansão do agronegócio⁴ e das novas tecnologias, as contradições no campo ficaram mais evidentes. É a existência do latifúndio com a tecnologia mais avançada convivendo com a pobreza extrema, a precarização do trabalho. Ao evidenciar as tais contradições, Vendramini (2007, p. 125) afiança que esse território é um

[...] espaço de trabalho de vida, de relações sociais e de cultura de pequenos agricultores: espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente o trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo país para acompanhar os períodos de colheitas.

Por outro lado, é importante destacar os enfrentamentos que os povos do campo têm realizado para contrapor essa situação. Nas últimas

⁴Para Fernandes e Molina (2005, p. 1), o agronegócio é o novo nome de um velho fenômeno, “é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista”.

décadas, os povos do campo têm lutado pela terra que lhes garante o trabalho, pelo acesso à educação de qualidade e têm buscado influir nas propostas educacionais que estejam de acordo com as reivindicações e com o modelo de desenvolvimento compatível com a vida digna no campo. Nesse contexto, situamos o MST e sua proposta educativa.

O MST é um movimento social contra-hegemônico de luta pela terra e pela reforma agrária popular que defende o rompimento com a propriedade privada da terra, a luta contra o capital e o socialismo. Avaliando a trajetória do MST nesses seus mais de trinta anos de história, podemos afirmar que ele tem sido um dos fenômenos políticos inovadores da América Latina, na medida em que busca enfrentar os problemas do campo atacando suas causas estruturais. No seio de suas lutas, insere a educação como direito a ser conquistado pelas populações que, historicamente, não tiveram acesso a ele, entre elas, os camponeses.

Porém o MST não demanda qualquer educação, mas uma educação vinculada ao projeto político da classe trabalhadora. O projeto educativo do MST se encontra delineado em seus documentos, seus cadernos, suas publicações, suas elaborações fazendo a defesa de uma educação transformadora, massiva, integral, baseada em princípios filosóficos e pedagógicos, como: Educação para a transformação social; Educação para a cooperação; Educação voltada às várias dimensões da pessoa humana; Educação com valores humanistas e socialistas; Educação, formação e transformação do ser humano (MST, 1998).

O MST, por meio de seus documentos, expressa o trabalho como um valor fundamental, ratificando que é por meio do trabalho que se produz a riqueza, a formação humana. É ele que identifica as pessoas como classe e que possibilita construir novas relações sociais e também novas consciências, tanto coletivas, quanto individuais.

Observando os documentos, podemos perceber que há uma tentativa do MST, desde seus primeiros escritos, de deixar evidenciado o aspecto formativo do trabalho e a necessidade de cooperação e organização coletiva, que vão sendo apreendidas na organização política para as primeiras reuniões nos grupos de famílias, nas comunidades rurais para ocupação da terra. Esses aprendizados vão reverberando sobre a escola e no conjunto da organização. Os documentos mostram que o MST apreende o trabalho coletivo como indispensável à organização como um

todo. Para o MST, a realidade objetiva requer “planejar coletivamente a produção; trabalhar, dividindo tarefas e responsabilidades; pensar no avanço do conjunto e não só da família de cada um; lutar juntos por escola, saúde, estrada, superar divergências etc” (MST, 1992, p. 3-4).

No tocante à inserção do trabalho na escola, o Movimento defende que o trabalho não pode ser uma espécie de acessório da escola, deve atravessar o conjunto das atividades desenvolvidas na instituição escolar, uma vez que, os processos pedagógicos e, especialmente, as escolas não podem ficar alheias aos processos produtivos da sociedade em geral, sobretudo dos assentamentos.

A partir dos anos dois mil com o avanço das escolas de Ensino Médio nas áreas de assentamentos vinculados ao MST, os documentos vão enfatizando uma preocupação com a relação trabalho e educação no âmbito da formação profissional, destacando-se alguns alertas para não se limitar à educação para o mercado, mas atender às necessidades das comunidades rurais. No Documento Final do 1º Seminário Nacional sobre educação básica de nível médio nas áreas de Reforma Agrária (MST, 2006), aparece explícito que um dos debates basilares do ensino médio diz respeito à formação para o trabalho e se uma habilitação técnica que permitisse a profissionalização do jovem deveria ou não ser incluída. Assim se posiciona o movimento:

[...] que todas as escolas de nível médio devem ter como um dos seus objetivos a formação geral e específica para o trabalho (e a educação tecnológica e técnica que lhe corresponde) tratando-a mesmo como um dos eixos articuladores do currículo, mas sem necessariamente incluir a oferta de cursos técnicos profissionalizantes. [...] A formação para o trabalho (ou formação do trabalhador) que queremos para todos os jovens em todas as escolas é aquela que deve fazer parte da própria educação básica de perspectiva integral e unitária, não se separando de uma formação sólida e ampla, que tem o trabalho como princípio educativo e que se centra na chamada educação tecnológica ou politécnica [...]. Propomos uma educação básica e nível médio integrada a uma formação técnica específica para o trabalho no campo, mas sem a oferta de educação profissional no sentido estrito de cursos técnicos profissionalizantes e mantendo a CH de 2.400 h. (MST, 2006, p.112-115).

Outro elemento importante que os documentos do MST vão evidenciando a partir dessa década é a relação trabalho, educação e Agroecologia como modelo de produção contrário ao modelo do agronegócio, o que deixa mais elucidada as dimensões do modelo de desenvolvimento defendido pelo MST e, nesse contexto, das relações de embate e projetos de agricultura. Deixam mais claro também os conceitos de trabalho, politecnia e trabalho voluntário, inclusive nos documentos orientadores da Educação Infantil. No documento do II Seminário Nacional da Infância Sem Terra, o MST explicita que,

[...] matrizes formativas da infância Sem Terra – princípio educativo do trabalho – este é para nós um princípio educativo geral, a criança aprende o valor do trabalho com o trabalho, não o trabalho explorador, mas a divisão social do trabalho de acordo com as possibilidades de cada um, garantindo o seu caráter educativo e necessário no dia a dia; na coletivização das atividades, potencializando o trabalho como matriz, em seu âmbito criativo (MST, 2017, p. 177).

Outro documento analisado foi “Linhas de ação para o próximo período”, fruto do seminário realizado pelo Coletivo Nacional de Educação do MST, em 2015, o qual assegura que é preciso manter a “relação entre estudo e trabalho, incentivando práticas que aproximem as escolas do debate sobre Agroecologia, soberania alimentar, cooperação, embate de projetos de agricultura” (MST, 2017, p. 197).

CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO TERRA VISTA

O Assentamento Terra Vista se encontra localizado em um antigo latifúndio de cacau, no município de Arataca, Bahia. Está a 508 km de Salvador, a capital do Estado. No que toca sua identidade territorial, é parte do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, fazendo limite com comunidades rurais, com a sede urbana do município de Arataca e com a BR 101.

O Assentamento, fruto de uma luta de trabalhadores Sem Terra vinculados ao MST, foi conquistado no início da década de 1990 e desde sua gênese tem a educação escolar como uma dimensão incorporada à

luta pela terra e ao modelo de desenvolvimento almejado. Nesse contexto, a educação escolar foi idealizada como importante espaço de formação e elevação da consciência dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, da classe trabalhadora.

No Assentamento, a comunidade conta com educação escolar que vai da Educação Infantil ao Ensino Médio, ofertada pelos dois centros de educação existentes: Centro Integrado Florestan Fernandes, que oferece o Ensino Fundamental I e II, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, atendendo a cerca de 200 alunos dos assentamentos do MST e das comunidades circunvizinhas e o Centro Estadual de Educação Profissional da Floresta, do Cacau e do Chocolate Milton Santos, que oferta cursos na modalidade de Ensino Médio, com cerca de 500 educandos (CARVALHO, 2018).

CARACTERIZAÇÃO DO CEEP MILTON SANTOS

O CEEP Milton Santos, inaugurado em 2009, foi a primeira Escola de Agroecologia do Sul da Bahia com a finalidade de oferecer formação técnico-profissional e cidadã aos filhos(as) dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade. Tem como mantenedor o Governo do Estado da Bahia, via Secretaria de Educação do Estado e Superintendência da Educação Profissional (SUPROT).

É comum, na Educação do Campo, denunciarmos o movimento de saída das crianças e dos jovens do campo para dar continuidade aos seus estudos na cidade. Esse trabalho mostra outro movimento, o caminho contrário, o movimento de jovens e adultos da cidade para o campo, afim de estudar em uma escola de assentamento, que é o nosso objeto de estudo. Cerca de 98% dos educandos do CEEP Milton Santos vêm de fora do assentamento (CARVALHO, 2018).

EXPERIÊNCIAS DA RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CEEP MILTON SANTOS

No CEEP Milton Santos o trabalho pedagógico é desenvolvido por meio de projetos interdisciplinares, realizados em vários cursos téc-

nicos. Esses projetos são definidos no início de cada ano letivo durante a Jornada Pedagógica da escola, quando todos os professores se reúnem com a finalidade de construir as propostas de ação para aquele ano. Após a análise de viabilidade das propostas, elegem-se as prioridades que são, posteriormente, transformadas em planos de ação. Esses projetos são enviados à SUPROT, órgão que emite parecer final.

Na escola existem projetos chamados de estruturantes, estabelecidos e unificados no âmbito de um projeto anual da Secretaria de Educação Profissional do Estado da Bahia, abrangendo diversas áreas de conhecimento. São eles: Festival Anual da Canção Estudantil, Tempos de Artes Literárias, Produções Visuais Estudantis, Artes Visuais Estudantis. Além dos projetos estruturantes, o Milton Santos possui uma variedade significativa de projetos discutidos e escolhidos nas jornadas pedagógicas realizadas na escola. Até 2016, as jornadas pedagógicas da escola aconteciam apenas no início dos anos letivos, mas, a partir de 2017, elas passam a ocorrer duas vezes ao ano. Eis alguns projetos desenvolvidos na/pela escola: Produção de cupulate artesanal e criação de novos produtos com culturas locais; Criação de ave colonial baseada em dieta alternativa; Oficina de Montagem e Manutenção de Computadores; Visitas Técnicas; Feiras de exposição e seminários do Milton Santos e exposição de projetos científicos; Coleta Seletiva e reciclagem no Assentamento; Produção de queijos com sabores da terra; Utilização de Plantas Alimentícias Não Convencionais etc.

A partir da premissa de que a escola é um dos tempos e espaços da formação humana e não há como compreendê-la fora de seus vínculos com processos concretos, a escola tem organizado diferentes mobilizações articulando escola e comunidade, dentre elas: 1. Mobilização pela regularização do transporte. Em 2016, com o lema “Sem Transporte Escolar não há Educação do Campo”, estudantes, professores, funcionários do Milton Santos, juntamente com assentados do Terra Vista, foram às ruas objetivando reivindicar a regularização dos ônibus que transportam os estudantes para a escola. A mobilização envolveu sete localidades atendidas pela escola (incluindo municípios e distritos). 2. Protesto na Câmara de Vereadores de Camacan (distante do Assentamento Terra Vista 24,4 km) contra a Reforma da Previdência, em 21 de março de 2016. 3. Mobilização Teia dos Povos e CEEP Milton Santos, em março de 2016, cuja pauta foi o direito ao transporte escolar, Educação do Campo de qualida-

de e em defesa da democracia. Essas atividades expõem alguns elementos que expressam a consciência do papel do Milton Santos no processo de formação dos estudantes para além da formação técnica, oferecendo também uma formação política e emancipadora (CARVALHO, 2018).

Percebemos a intrínseca relação entre educação e política, entre educação e trabalho nessas atividades propostas e desenvolvidas pelos sujeitos do Milton Santos. Acerca dessa relação, Saviani (1983) explicita a analogia entre educação escolar e política enfatizando que ambas se constituem por fenômenos distintos e possuem funções peculiares, porém não se apartam, porque são fenômenos dependentes entre si para avançarem. Nesse sentido, a especificidade política da educação escolar se faz presente no próprio trabalho que exerce.

O trabalho coletivo como princípio educativo, como uma forma de incidir, simultaneamente, sobre o currículo e sobre a gestão de elementos que extrapolem a ação pedagógica no âmbito da sala de aula e da escola é um dos princípios embaixadores da Educação do Campo. Ela traduz a concepção de que a educação é uma prática social que se realiza em espaços-tempos para além da escola e, enquanto prática social, está presente em diferentes espaços. Nessa perspectiva, encontramos práticas nas quais a presença do trabalho coletivo revela um atrelamento a uma compreensão de materialidade da relação entre trabalho, educação, educação escolar e luta pela terra, com vistas à formação humana integral dos estudantes. Assim, trazemos, a seguir, algumas práticas que, entendemos, estão em consonância com o que concebemos como trabalho coletivo, mesmo que este esteja latente.

MUTIRÃO PARA PLANTIO DE MILHO

Tradicionalmente, os assentados plantam sementes de milho no mês de março, mais especificamente no dia 19, quando a Igreja Católica celebra São José, um dos santos mais comemorados no Brasil, especialmente no Nordeste do país, onde ele é conhecido como o protetor dos agricultores. Ressaltamos que o milho plantado será consumido nas festas juninas, realizadas no assentamento. Tradições religiosas como essa permeiam fortemente a vivência do povo do campo. Os educandos e os educadores das duas escolas do assentamento participam dessa atividade.

Em 2018, o coletivo do Milton Santos participou de forma mais ampliada, com a articulação da gestão e de professores de componentes curriculares que trabalham conteúdos ligados ao plantio. Segundo a interlocutora Eva, foram dois dias de aulas de campo. No primeiro dia foi feita a limpeza e a preparação dos lotes para plantar o milho da espécie crioulo, da Rede de Sementes do Terra Vista.

A atividade foi orientada pelo coordenador do assentamento e acompanhada pelos gestores, pela coordenação pedagógica e por nove professores do Milton Santos. Ressaltamos que a escola, durante a jornada pedagógica realizada em fevereiro de 2018, tomou como definição participar dos mutirões do ATV todos os meses, assim como colocar em pauta o debate da soberania alimentar. Participaram do mutirão os educandos dos seguintes cursos nos dois dias: Agroecologia, Meio Ambiente, Zootecnia e Informática, envolvendo nove educadores que ministravam aulas nos dias em que aconteceu o mutirão.

RECONSTRUÇÃO DO CAMPO AGROSTOLÓGICO

Em 30 de maio de 2017, sob a orientação da professora Gilmara, uma das interlocutoras da pesquisa que deu origem a este texto, foi realizada a preparação do campo agrostológico, que fica localizado na área interna da escola. Nessa atividade, os educandos do Curso de Zootecnia ficaram responsáveis por reconstruir o campo, implantado na área experimental da escola. Foram preparados canteiros de 3 metros por 3 e cada parcela foi ocupada por uma espécie forrageira. Segundo a professora, em cada semestre letivo, uma turma de educandos ficou responsável por uma espécie forrageira, acompanhando seu desenvolvimento e se ocupando de todos os tratamentos culturais, como adubação, irrigação e controle de plantas daninhas, sem uso de agrotóxicos. O objetivo de um campo agrostológico é estudar as condições de adaptação de espécies forrageiras, observando seu melhor desempenho. A utilização dessas forrageiras em pastagens tem como intuito melhorar a dieta animal.

O estudo e manutenção dessas forrageiras propiciam maior interesse econômico, bem como agrônomo e zootécnico, auxiliando os produtores e técnicos agropecuários, ao mesmo tempo em que

contribui com a formação dos discentes do curso de Zootecnia e de áreas correlatas (MONTANHA, 2015, s./p).

Nessa perspectiva, o campo agrostológico se constitui em um espaço de pesquisa e intervenção, contribuindo para que os educandos se apropriem de conhecimentos teórico-práticos de seu campo de atuação.

PRODUÇÃO DAS SEMENTEIRAS

A atividade ocorreu em 2017 e foi coordenada pelo professor Alan, um dos interlocutores deste trabalho. Ela se constituiu em produzir mudas a partir de sementes e de tipos de solos existentes no próprio assentamento, objetivando o reflorestamento de áreas degradadas, seja no ATV, seja nas comunidades de origem dos educandos. Segundo o professor coordenador da atividade, na produção de mudas, a estrutura e a organização dos viveiros são muito importantes para obtenção de mudas de qualidade, produzindo plantas de espécies apropriadas e em quantidade necessária à demanda, respeitando-se a época e o destino do plantio. Enfatiza ainda que para isso é extremamente importante planejar corretamente as instalações do viveiro, ter conhecimento suficiente das técnicas para operacionalizá-lo e administrá-lo, além de obter excelente qualidade em sua produção e com menor custo possível. Para a realização da atividade, foram coletadas sementes e extraído solo dentro do próprio assentamento e o recipiente para feitura das mudas foi feito com reutilização de cartelas de ovos (de papel).

Quanto ao viveiro, no assentamento existe este espaço que constitui um laboratório para os distintos cursos ofertados pelo/no Milton Santos, principalmente os de Meio Ambiente, Agroecologia e Agroindústria. Essa atividade está ligada ao Núcleo de Práticas Ambientais, Tecnológicas e Científicas.

Analisando o mutirão realizado em março de 2018 e as demais atividades de campo em diversos momentos da pesquisa, encontramos nelas dois aspectos fundantes: primeiro, uma aproximação do conceito marxista de práxis e também das ideias de Pistrak (2000), quando ele trabalha com a concepção de trabalho socialmente útil, que se trata de

o educador/escola tomar o trabalho humano enquanto centralidade da atividade prática humana, incluindo a relação entre trabalho e educação, como também de explicitar outros atributos como o trabalho que faz com que os educandos se sintam úteis e se preparem para a vida profissional voltados para seus campos de atuação. Assim, o trabalho nas atividades de campo aparece tanto como instrumento educativo articulando escola e trabalho, como elemento de compreensão dos estudantes dos distintos cursos do Milton Santos sobre o que é o trabalho em sua área de atuação.

Em segundo, percebemos, nas atividades “práticas”, que o trabalho como princípio educativo ganha, na escola, a aparência de princípio pedagógico, que, segundo Frigotto e Ciavatta, concretiza-se em uma dupla direção:

Sob as necessidades do capital de formação da mão de obra para as empresas, o trabalho educa para a disciplina, para a adaptação às suas formas de exploração ou, simplesmente, para o adestramento nas funções úteis à produção. Sob a contingência das necessidades dos trabalhadores, o trabalho deve não somente preparar para o exercício das atividades laborais – para a educação profissional nos termos da lei em vigor –, mas também para a compreensão dos processos técnicos, científicos e histórico-sociais que lhe são subjacentes e que sustentam a introdução das tecnologias e da organização do trabalho (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2010, p. 752).

Mesmo aparecendo os dois aspectos anteriormente enfatizados, notamos que o coletivo da escola tem buscado a realização de seu trabalho pedagógico se opondo à concepção capitalista burguesa, que possui como alicerce a fragmentação do trabalho em funções especializadas e autônomas. Nesse sentido, Saviani defende a politécnica que,

[...] postula que o trabalho desenvolva, numa unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais [...]. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana, enquanto constituída pelo trabalho (SAVIANI, 1989, p. 15).

Saviani enfatiza que não pode haver dicotomia entre o trabalho manual e o intelectual, ou seja, entre o pensar e o fazer, uma vez que essas duas dimensões são indissociáveis, possuem uma unidade teórico-prática no âmbito das relações estabelecidas em distintos espaços-tempos. Assim concebida, a inserção do trabalho como princípio educativo em todas as relações sociais, na família, na escola e na educação profissional, em todas as suas aplicações, especificamente nos tempos atuais em um mundo em que o desenvolvimento científico e tecnológico desafia a formação de adolescentes, jovens e adultos no campo e na cidade, supõe resgatar para todos a dimensão da escola unitária e politécnica, ou a formação integrada – sua maneira prescrita pela lei – colocando nos currículos a crítica histórico-social do trabalho no sistema capitalista, os direitos do trabalho, o conhecimento da história e o sentido das lutas históricas dos trabalhadores no trabalho e na educação (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2010).

Pela perspectiva da educação, em específico da Educação do Campo, é crucial que seja feita a crítica a todas as formas de exploração do trabalho, nos processos educativos formais – ensino básico, superior e educação profissional – especialmente ao trabalho infantil. Entretanto, ao mesmo tempo, é decisivo que educandos participem de atividades vinculadas ao cuidado e à produção da vida, seja na escola, seja na comunidade sem prejuízo do seu direito de se apropriar de conhecimentos clássicos, científicos, historicamente elaborados e constantes no currículo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carvalho (2018) ao estudar o trabalho como princípio educativo na organização pedagógica do CEEP Milton Santos, em específico suas aproximações e seus desafios, e analisar suas práticas educativas concluiu que é possível denominar essas práticas educativas como uma aproximação das práticas contra-hegemônicas, do ponto de vista da relação da educação com a sociedade e como o trabalho, pois procuram organizar o trabalho pedagógico tendo em vista a transformação da sociedade, posicionam-se contra a ordem vigente, contrárias à conservação da sociedade em que se inserem, tendendo a romper com os interesses dominantes do capital, do agronegócio, da educação bancária. Há significativos aspectos

e práticas que apontam para uma formação humana, conforme preconizado na maior parte do PPP da escola (CARVALHO, 2018).

O Milton Santos traz em seu bojo indícios da Escola Única do Trabalho, apresentando inserção da classe trabalhadora em contraposição à escola “desinteressada” (GRAMSCI, 1979), destinada a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional. A concepção de escola do campo se insere também na perspectiva gramsciana da Escola Unitária, no sentido de desenvolver estratégias epistemológicas e pedagógicas tendo em vista a formação técnica e humana dos intelectuais da classe trabalhadora.

Percebemos que na escola pesquisada existe um desejo (explicitado no Projeto Político-Pedagógico e em discursos, entrevistas, seminários) de construção de uma perspectiva de educação que se abeira da proposta da educação politécnica e de formação integral e do ensino médio integrado, numa concepção expandida em suas várias modalidades que se difere da concepção pensada e materializada nas escolas de Educação Profissional brasileiras, em particular, nas do Estado da Bahia, nosso território de vida e de (sobre)vivência, que, de maneira generalizada, vai na contramão de “uma concepção histórica ou materialista-histórica de concepção da realidade social e humana, o método histórico dialético na produção social do conhecimento e uma práxis emancipatória” (FRIGOTTO *et al*, 2010, p. 18).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, L. F. O. C. **O trabalho como princípio educativo na organização pedagógica de uma escola de educação profissional do campo**: aproximações e desafios. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A produção de conhecimentos sobre o ensino médio integrado**: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2010.

FERNANDES, B. M.; Molina, M. C. O campo da educação do Campo. In: MOLINA, M. C; JESUS, S. M. S. A. (orgs.). **Por uma Educação do Campo**: contribuições para a construção do projeto de Educação do Campo. Brasília, s/n, 2005. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5)

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 23 jan. 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caminhos da Educação Básica de Nível Médio para a juventude das áreas de Reforma Agrária**. Documento final do 1º Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas áreas de Reforma Agrária. Luziânia: MST, 2006.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. II Seminário Nacional da Infância Sem Terra (2014). In: MST. **Educação no MST - Memória**: documentos 1987-2015. São Paulo: Expressão Popular, 2017. (Caderno de Educação, n. 14).

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Linhas de ação para o próximo período (2015). In: MST. **Educação no MST - memória**: documentos 1987-2015. São Paulo Expressão Popular, 2017. (Caderno de Educação, n. 14).

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Como fazer a Escola que queremos?** São Paulo: MST, 1992. (Caderno de Educação, n. 1).

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Princípios Filosóficos e Pedagógicos**. São Paulo: MST, 1998. (Caderno de Educação, n. 8).

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 1989.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

VENDRAMINI, C. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, 2007.